

Memorando do Workshop 4



<http://jaga.afrique-gouvernance.net>

A gestão adaptada e inclusiva dos assuntos públicos

Contexto e problemática

A gestão dos assuntos públicos em África está sujeita a várias análises, as vezes é descrita como baseada no modelo colonial, as vezes como vítimas do peso das alianças comunitárias ou até mesmo apresentando uma total opacidade.

Os assuntos públicos são geridos em vários países africanos por uma elite administrativa e política, muitas vezes tentada de tornar esta situação rentável, excluindo assim o cidadão, que no entanto é o destinatário inicial deste serviço público.

A gestão adaptada e inclusiva dos assuntos públicos em África requer a responsabilização pelos problemas e desafios:

- A reapropriação do Estado pelos cidadãos. Em muitas situações na África os povos continuam a ver no Estado, não a instância distribuição de serviços públicos, mas sim como um corpo estranho cuja "utilidade" ainda não foi entendida.
- A reforma do sistema político. O sistema político em vigor na maioria dos países favorece o desenvolvimento da corrupção, nomeadamente a corrupção social e política baseadas em estratégias de apropriação de bens e cargos públicos. Reformas substanciais deveriam ser realizadas para rever o sistema e os mecanismos de representação das populações nas instâncias públicas. Trata-se de analisar as modalidades de eleições legislativas, senatoriais e locais e os tipos de instituições representativas a serem adoptadas;
- A erradicação do património e da apropriação dos bens públicos;
- A avaliação efectiva das políticas publicas;
- A neutralidade da administração e a não subserviência das instituições parlamentares e judiciais;
- A educação do cidadão e a adopção de códigos de conduta operativo;
- Promover a transparência e lutar contra a corrupção, a extorsão,...
- São necessárias para este efeito, leis eficazes e deve-se desenvolver comportamentos exemplares a nível dos cidadãos e sobretudo desenvolver a eficácia de um Estado de direito. Ao mesmo tempo e necessário trabalhar para uma mudança de comportamento dos cidadãos em relação as mas práticas. Deve-se promover os valores de ética, integridade, honra, responsabilidade, respeito do bem colectivo, dignidade etc. A utilização das TICs para estabelecer os sistemas de transferências administrativos e financeiros transparentes e permitir o acesso dos cidadãos a informação para garantir o acompanhamento e o controlo cívico eficaz. E com razão, a promoção dos valores africanos é considerada como um meio de lutar contra esta corrupção.

- O acesso a informação é também um problema que enfrenta a sociedade civil. De facto as disposições jurídicas que consistem na classificação de certos casos administrativos são muitas vezes utilizados pelo Estado como subterfúgio para impedir a sociedade de aceder à informação.

Os desafios da promoção da gestão adaptada e inclusiva dos assuntos públicos em África

Na processo de promoção da gestão adaptada e inclusiva dos assuntos públicos, a maioria dos países africanos devem enfrentar um certo número de desafios entre os quais, a tomada em consideração a nível das instituições públicas, das legitimidades tradicionais que influem a governação.

O outro desafio consiste em conseguir uma apropriação das instituições governamentais pelas populações africanas. De facto o Estado e o sistema política ainda são em muitos casos considerados como exógenos as populações.

O financiamento autónomo dos OSC para garantir-lhes a perenidade e uma independência assumida também constitui um outro desafio. Este desafio é relacionado a responsabilização pelas necessidades económicas cívicas através de um financiamento endógeno do processo de participação civil.

As tendências de evolução observadas demonstram que o esquema colonial caracterizado pelo Estado hegemónico, um agente público encarregue do comando e um cidadão passivo e obediente está mudando tendo em conta os efeitos da mundialização e das novas dinâmicas locais que tendem a reduzir o seu campo de poder e acção.

A outra tendência observada é a existência de um dinamismo estruturante na composição e no funcionamento da sociedade civil africana ; Depois de ter identificado pelo menos quatro tipos de sociedade civil (sociedade civil governamental, sociedade civil de oposição, sociedade civil de inteligência, sociedade civil de convicção), é importante realçar a emergência em África de organizações cívicas básicas e movimentos cívicos que traduzem emergência de uma nova cidadania. Estas organizações básicas terão que constituir verdadeiras forças impulsionadoras para tornar a sociedade civil mais credível e mais legítima.

O facto de realçar as organizações básicas não deve levar a negar a importância dos partidos políticos que ocupam uma posição privilegiada na conquista e o exercício do poder, mas sim organizar as suas acções e funcionamento, nomeadamente num sistema político a ser reformado.

Um certo número de vantagens contribuindo na invenção de uma forma de conceber a gestão dos assuntos públicos da cidade são identificados nas dinâmicas sociopolíticas em acção no espaço africano. Algumas destas vantagens são ligadas à instauração do princípio de actores múltiplos tal como a gestão dos assuntos públicos, podendo incentivar uma governação participativa e transparente dos assuntos públicos.

A adopção dos princípios de boa governação como a declaração de património dos candidatos às eleições, presidentes da República e outros eleitos, contribui na redução dos riscos de desvio do dinheiro público e de transferências financeiras ilegais e institucionalizadas, de práticas de transparência na gestão dos assuntos públicos, como por exemplo novas normas; Uma outra vantagem consiste na adopção e uniformização de sistemas de regulação dos mercados públicos pela UEMOA. Esta iniciativa que se traduz pela criação de autoridades de regulação de actores múltiplos, tripartidas e paritárias e um exemplo de boas práticas a ser popularizado e reforçado.

Também as organizações de cidadãos e movimentos sociais muito dinâmicos e credíveis em certos países africanos podem desempenhar o papel de motor e de líder do reforço da cidadania em África.

1. OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS E ACÇÕES ESTRUTURANTES

Para associar todos os actores da sociedade à gestão dos assuntos públicos e assegurar uma gestão pública justa apoiando-se numa sociedade civil activa, é imperativo modificar as constituições para definir um estatuto e papel claro para a sociedade civil. Entre os objectivos identificados, existe um que consiste em conciliar a democracia e a tecnocracia, favorecendo a independência da administração pública na continuidade do Estado e reforçando as OSC para o seguimento, a execução e a avaliação das políticas públicas.

O reforço da democracia participativa através da institucionalização de mecanismos de diálogo político permanente na base entre os decisores, os eleitos e os cidadãos, vem também como um objectivo estratégico a ser realizado.

E o mesmo para o desenvolvimento de uma estratégia de controlo cívico das políticas públicas a serem desenvolvidas ou do reforço das capacidades cívicas para dar continuidade aos comportamentos éticos requeridos para uma boa gestão. O que se pode realizar através da revisão do sistema educativo e dos currículos, para uma nova forma de cidadania activa, responsável, patriota e pan-africano.

É também imperativo legislar e constitucionalizar a obrigação de controlo e avaliação das políticas públicas. Da mesma forma que a institucionalização do controlo cívico da acção pública e a definição dos procedimentos de financiamento das acções das OSC foram identificadas como objectivos estratégicos a serem alcançados para estabelecer uma gestão adaptada e inclusiva dos assuntos públicos em África.

Também foi recomendado de efectuar uma redefinição da concepção e a função da sociedade civil africana, para poder promover as OSC de convicção cuja acção esta baseada no envolvimento civil em detrimento das OSC de Estado, de oposição e de inteligência. Esta sociedade civil devido à sua proximidade com as populações e a sua posição equidistante em relação aos partidos políticos e outros actores de interesses particulares pode assim por vezes desempenhar o papel de regulador entre os diferentes actores protagonistas em torno das questões de poder. Ela deve sobretudo manter-se um porta-voz das aspirações das populações. Os objectivos estratégicos acima apresentados, necessitam ser apoiadas por acções estruturantes similares às seguintes para serem realizadas em África.

2. ACCOES ESTRUTURANTES RETENUES

Uma das primeiras acções estruturantes identificadas diz respeito a difusão da informação numa linguagem acessível para reforçar a educação sobre o funcionamento do orçamento. Neste caso, as rádios comunitárias desempenham um papel essencial estratégico que deveria ser mais valorizado.

A participação cívica em todas as fases se pode realizar através dos mecanismos de participação (comunicação social, linguagem acessível, apoiar-se nos Comités locais).

Também é importante favorecer uma abordagem de transformação que consiste em trabalhar a nível do sistema político global e sectorial por um lado e por outro a nível dos actores, cidadãos e os seus representantes. Por exemplo o Fórum Civil no Senegal implementa uma estratégia com exo no reforço das instituições e o envolvimento cívico para um impacto durável sobre o sistema de gestão dos assuntos públicos.

O sistema de regulação dos mercados públicos adoptado pela UEMOA concretizado pela criação de autoridades de regulação de múltiplos actores, tripartidas e paritárias, é um exemplo de boa prática a ser popularizado e reforçado.

Também se deve encorajar a multiplicação dos estudos sectoriais sobre a governação ; isso se pode realizar através da **organização de fórum** de múltiplos actores a nível local (representante local do Estado, parlamentares, presidentes de câmaras, populações, etc.)

Uma outra acção estruturante importante consiste no estabelecimento de mecanismos de governação participativa e de prestação de contas. Existe , para este efeito, iniciativas de boas práticas a serem popularizadas e reforçadas (centro de governação participativa, assistência jurídica, certificação cívica das colectividades locais, quadro de concertação, instituição do orçamento participativo em Cabo Verde; legislação para uma representação das igrejas e das OSC na gestão das colectividades locais em Angola; criação de um escritório de avaliação das políticas públicas no Benim, etc...)

Para prevenir e lutar contra a opacidade que caracteriza o sistema de financiamento dos partidos na conquista dos votos, foi sugerido pensar num sistema de **financiamento público das eleições**.

Para combater a corrupção, seria oportuno de adoptar um sistema de financiamento dos partidos políticos e das campanhas eleitorais, mas também automatizar a obtenção dos documentos administrativos. A promoção do governo electrónico (e-government), que se pode materializar, por exemplo, através da utilização dos sms para informar os cidadãos sobre os orçamentos.

A educação do jovens para uma cidadania activa (Fórum civil – Senegal) e contra a corrupção (RENLAC – Burkina Faso) é também considerada como uma acção estruturante determinante no advento de um sistema de gestão adaptado e inclusivo dos assuntos públicos em África.

As acções estruturantes podem também voltar a **popularizar e aplicar o direito peticionário do cidadão nas constituições**, para permitir uma participação cívica directa na legislação. Elas podem referir-se à promoção de autoridades administrativas independentes (como CENI por exemplo) e de regulação da gestão dos assuntos públicos ou à generalização da declaração do património enquadrado para os detentores de altas funções administrativas.

Os contratos governamentais com o sector privado deveriam ser sujeitos ao controlo parlamentar e cívico para impedir a corrupção e os subornos.

Finalmente é crucial tornar a administração, numa administração ética cívica e de desenvolvimento; o que exige a revisão dos módulos de formação e a sua adaptação às necessidades dos cidadãos. De facto deveria se reforçar os currículos, integrando módulos sobre os princípios de ética, de patriotismo, de cidadania responsável, de boa governação e de gestão da qualidade.

A formação dos agentes administrativos da TIC pode também contribuir a garantir mais eficácia na prestação do serviço público.

3. PAPEIS E RESPONSABILIDADES DOS ACTORES

As instituições como o Estado (executivo, legislativo, judiciário, militar), os partidos políticos, as OSC, o sector privado local, as instituições religiosas e culturais, são normalmente uma emanção do povo que os gera.

No entanto na implementação das suas missões, estas instituições não cumprem sempre correctamente o seu papel e as suas missões. Neste nível, a tarefa consistira em reformar estas instituições no sentido da consideração do interesse colectivo e os aproximar mais do cidadão através dos processos de estabelecimento de regras e processos de animação.

Trata-se também de reforçar as capacidades dos cidadãos para permiti-los de serem bons cidadãos respeitosos dos princípios e das regras de gestão dos assuntos públicos, seja qual for as suas posições no sistema global de governação.

➤ **Estado:**

O papel do Estado consiste aqui em garantir o cumprimento das leis e dos procedimentos de transparência, dos princípios de equidade e de prestação de contas na prestação de um serviço público de qualidade.

O Estado deve também favorecer o reforço das capacidades, competências e meios/recursos dos seus órgãos administrativos de controlo e de acompanhamento da despesa pública. Um terceiro papel importante que deve assumir o Estado consiste em desenvolver uma cultura de avaliação das políticas públicas.

➤ **Partidos políticos:**

Os partidos políticos devem garantir a formação dos seus membros e respeitar e fazer respeitar as leis e os regulamentos em vigor em matéria de criação, funcionamento e participação aos processos eleitorais.

➤ **Organização da sociedade civil:**

Estas organizações devem realizar um trabalho de informação, de sensibilização, de educação e de mobilização dos cidadãos para uma cidadania activa mas também para garantir de forma rigorosa e objectiva, um controlo cívico eficaz. Estas também devem participar e contribuir como actores estratégicos em toda a cadeia de políticas públicas: da elaboração à avaliação das políticas públicas.

As OSC devem também desempenhar um papel significativo de desenvolvimento da sua credibilidade e legitimidade para representar a voz dos cidadãos. O que do resto pode realizar-se através da procura das condições da própria sustentabilidade e independência em relação aos outros actores.

Finalmente as OSC devem desenvolver as suas capacidades técnicas através da pesquisa e da formação dos seus membros.

➤ **Instituições tradicionais e religiosas:**

Estas autoridades têm um papel de acompanhamento e controlo a desempenhar em relação ao respeito dos princípios e valores sociais; isto podendo realizar-se através da socialização dos jovens e a regulação social.

Estas deveriam também contribuir a efectiva consideração destes princípios e valores na formulação de políticas e mecanismos de gestão dos assuntos públicos.